



IM | LEGATE



Independent member

Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

**CENTRO LATINO
AMERICANO PARA
INOVAÇÃO, EXCELÊNCIA E
QUALIDADE – CLAEQ**

São Paulo, 17 de outubro de 2022.

Ao
**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**
São Paulo - SP

Atenção dos Srs. Administração e Conselheiros

Prezados Senhores

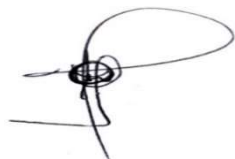
Encaminhando a V.Sas. o relatório de Demonstrações Financeiras do **CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO, EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP033482/O-3



Mauricio Rodrigues Chagas

CT CRC Nº 1SP 208744/O-9

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO, EXCELÊNCIA E
QUALIDADE - CLAEQ****DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

	Páginas
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balço Patrimonial	5-6
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Demonstração do Resultado Abrangente.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	 11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do

CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO, EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ

São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do **CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO, EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentadas comparativamente, estão sendo reapresentadas devido a ajustes retrospectivos, identificados no decorrer do exercício de 2021, conforme nota explicativa nº 3.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

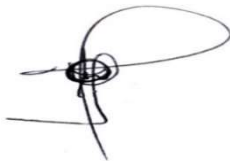
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 22 de março de 2022.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3



Mauricio Rodrigues Chagas
CT CRC Nº 1SP 208744/O-9

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

		2021	2020
ATIVO	Nota		
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	238.225	372.027
Contas a Receber	5	990.625	1.326.722
Estoques		3.726	18.439
Impostos a Recuperar		3.373	3.791
Adiantamentos Diversos		2.695	1.045
Total do Circulante		1.238.645	1.722.024
Não Circulante			
Imobilizado	6	-	427
Intangível	7	57.246	-
Total do Não Circulante		57.246	427
Total do Ativo		1.295.891	1.722.451

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

PASSIVO	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	8	112.161	28.166
Empréstimos	9	5.676	9.460
Obrigações Trabalhistas	10	96.109	8.126
Obrigações Tributárias	11	164.532	394.741
Outras Obrigações		41.847	139
Total do Circulante		420.325	440.632
Não Circulante			
Contingências Tributárias		1.014	-
Total do Não Circulante		1.014	-
Patrimônio Líquido			
Superávit Acumulado (Déficit)/Superávit do Exercício	12	1.289.272 (414.720)	1.031.269 250.550
Total do Patrimônio Líquido		874.552	1.281.819
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.295.891	1.722.451

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta			
Prestação de Serviço	14	2.086.425	2.530.670
Outras Receitas		8.252	490
Gratuidade do Trabalho Voluntário	18	230.400	230.400
Total das Receitas		2.325.077	2.761.560
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	15	(90.896)	(553.396)
Despesas Administrativas e Gerais	15	(2.337.702)	(1.236.540)
Despesas Tributárias	16	(194.929)	(210.495)
Gratuidade do Trabalho Voluntário	18	(230.400)	(230.400)
Total das Despesas		(2.853.927)	(2.230.831)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro			
		(528.850)	530.729
Receitas Financeiras	17	197.653	10.314
Despesas Financeiras	17	(76.070)	(38.023)
Resultado Financeiro Líquido		121.583	(27.709)
(Déficit)/Superávit do Exercício		(407.267)	503.020

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

	Superávit Acumulado	Superávit (Déficit) do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	1.000.649	(221.850)	778.799
Transferência do Déficit	(221.850)	221.850	-
Superávit do Exercício	-	503.020	503.020
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	778.799	503.020	1.281.819
Transferência do Superávit	503.020	(503.020)	-
Déficit do Exercício	-	(407.267)	(407.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.281.819	(407.267)	874.552

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
		(Reapresentado)
(Déficit)/Superávit do Exercício	(407.267)	503.550
Ajustes por:		
Contingências Tributárias	1.014	-
Provisão para Estimativa Créditos de Liquidação Duvidosa	29.695	-
Depreciação e Amortização	4.516	5.497
(Déficit)/Superávit do Exercício Ajustado	(372.042)	508.517
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a Receber	306.402	(479.876)
Impostos a Recuperar	418	(2.581)
Adiantamentos Diversos	(1.650)	(1)
Estoques	14.713	65
Depósitos Cauçionados	-	3.000
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	83.995	(36.163)
Obrigações Trabalhistas	87.983	(30.558)
Obrigações Tributárias	(230.209)	81.211
Outras Obrigações	41.707	(1.165)
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades Operacionais	(68.683)	42.449
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Intangível	(61.335)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(61.335)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos Capital de Giro	(3.784)	9.460
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades de Financiamentos	(3.784)	9.460
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(133.802)	51.909
Demonstrado como segue:		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	372.027	320.118
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	238.225	372.027
Variação do Caixa e equivalentes de caixa	(133.802)	51.909

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO, EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Claeq** é uma Entidade civil sem fins lucrativos, constituída em 1993, com sede na Rua Alcides Ricardini Neves, nº. 12, sala 1404, Cidade Monções – São Paulo, tem por objetivo apoiar o esforço de modernização e inovação tecnológica, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, no mundo, na América Latina, e em especial no Brasil, nos âmbitos público e privado, por meio de: estudo, ensino, pesquisa, consultoria, difusão do conhecimento, missões, intercâmbio técnico – científico, promoção do desenvolvimento de inovações tecnológicas e excelência em qualidade, com vistas a melhorar o nível dos produtos, serviços e processos.

Tendo como prioridade, elevar a produtividade e atribuir maior respeito à dignidade humana, tendo ainda as finalidades específicas:

- i. Incentivar medidas, planos, programas de desenvolvimento industrial, e projetos para uma indústria avançada, bem como projetos na área de pesquisa, através de incorporação de inovações tecnológicas criadas, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, desenvolvidas ou adaptadas no País;
- II - Apoiar, fomentar e desenvolver organizações voltadas para a pesquisa básica e aplicada e mobilizar apoio técnico e material a pesquisadores e Instituições Científicas e Ambientais;
- III - Estimular a implantação de Centros de Referências e Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, com o escopo de participar na formação, coordenação, execução de diretrizes e de normas programáticas através de atividades de assessoramento e acompanhamento;
- IV - Subsidiar com informações as entidades privadas e órgãos governamentais no que tange à divulgação e elaboração de planos e programas de fomento, estímulo, divulgação e educação para a pesquisa e desenvolvimento para inovações tecnológicas e ambientais no País;
- V - Promover a conscientização e a motivação da sociedade em geral, para a Excelência e Qualidade, principalmente respeito ao Meio Ambiente, nos produtos e serviços;

- VI - Promover a realização de cursos, treinamento e serviços técnicos especializados, em órgãos públicos e instituições privadas, buscando o desenvolvimento institucional, estrutural, técnico e de gestão dessas entidades;
- VII - Estimular o desenvolvimento e difusão de métodos modernos de gestão da administração pública e das empresas privadas;
- VIII - Promover a formação e a capacitação de pessoas;
- IX - Apoiar programas de Ensino e Educação continuados de profissionais de todos os níveis, aptos a executar as metodologias implantadas, visando estimular a implementação de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas em empresas no território nacional;
- X - Articular e promover a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como o intercâmbio técnico-científico entre países, visando estimular a implementação de institutos e sociedades civis sem fins lucrativos, para programas de pesquisa, desenvolvimento e inovações tecnológicas (inclusive captação e gestão de fomentos, financiamentos e incentivos fiscais para inovação) e proteção ao meio ambiente, realizadas no País;
- XI - Atuar junto às empresas fabricantes nacionais, no sentido de incentivá-las a formular e implementar, planos e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação de seus produtos e processos;
- XII - Orientar as empresas fabricantes, na elaboração e implementação de seus projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- XIII - Captar e administrar recursos financeiros destinados à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- XIV - Gerir e supervisionar a implementação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica das empresas, incluindo a requisição e gestão de recursos oficiais destinados para essa finalidade;
- XV - Promover a interação das empresas fabricantes e montadoras com centros de excelência, nacionais e internacionais, nas diversas áreas do conhecimento, buscando sempre a inovação tecnológica e desenvolvimento de novos processos e produtos;
- XVI - Celebrar convênios, contratos, consórcios e outros ajustes equivalentes, com entidades públicas ou privadas, do País e do exterior, bem como, organizar, promover e receber missões para fins de difusão, troca de conhecimentos, identificação de localidades para melhor assentamento de empresas e laboratórios;
- XVII - Compartilhar laboratórios, equipamentos, instrumentos e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte para atividades de incubação sem prejuízo das demais atividades, e permitir que seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas dependências possam ser utilizados por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, desde que tais atividades não prejudiquem as demais atividades do Centro;

- XVIII - Apoiar programas de fomento a start-ups e pequenas empresas empreendedoras de foco tecnológico, através de programas próprios ou em parcerias com institutos ou núcleos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, instituições de ensino, incubadoras, aceleradoras, ou qualquer entidade privada ou pública com esta natureza;
- XIX - Desenvolver, gerir, articular, divulgar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas de empresas privadas, de estímulo a start-ups e pequenas empresas empreendedoras de foco tecnológico, bem como, estimular estas empresas, por meio de projetos liderados por consórcios criados para este fim (podendo incluir pessoas físicas, empresas privadas ou entidades públicas), a se internacionalizar, por exemplo, em clusters ou parques tecnológicos no exterior, visando ampliar o conhecimento e a experiência com retorno para o tecido industrial brasileiro;
- XX - Celebrar contratos de transferência de tecnológica e de licenciamento para outorga e direito de uso ou exploração de criação desenvolvido no seu âmbito, desde que: a) contratação precedida por respectivo edital, b) na forma do regulamento da Lei 10.973, não havendo exclusividade do receptor (ou licenciado) da tecnologia, contratos firmados diretamente com os mesmos, para fins da exploração dessa criação, estabelecendo um prazo para tal uso e c) seja definido o tratamento para criações de interesse público;
- XXI - Ceder seus direitos sobre a criação, mediante manifestação expressa e motivada, a título não oneroso, para o criador da mesma que deverá exercer tais direitos em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade;
- XXII - Gerir seu próprio NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica, ou associar-se a outra(s) ICT para tanto, contanto que este NIT faça sua gestão da política de inovação e outras formas de transferência de tecnologias, para tanto: a) zelar pela manutenção da política à proteção das criações, licenciamentos, inovação e outras formas de transferência tecnológica, b) avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para atendimento das disposições da Lei nº. 10.793/04, c) avaliar as solicitações de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22 da supramencionada Lei, d) opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na Entidade e; e) acompanhar os processamentos dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- XXIII - Prestar informações de forma consolidada e com periodicidade anual (ressalvadas as sigilosas) ao MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e/ou ao MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), informando sobre: a) sua política de propriedade intelectual sobre suas criações, b) as criações desenvolvidas sob seu âmbito, c) a relação de proteções (a exemplo: INPI) requeridas e concedidas para a Entidade e d) a relação de contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados;
- XXIV - Pleitear, junto às agências de fomento, a contratação de empréstimos quando da existência de programas específicos ou ações de estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas;
- XXV - Estimular e proteger o inventor independente que possua depósito de pedido de patente, decidindo, livremente sobre a oportunidade e conveniência desta adoção. Quando adota a invenção, o inventor independente deverá se comprometer – mediante contrato – a compartilhar os ganhos econômicos com a exploração da invenção protegida;

- XXVI - Captação de recursos para implementação de projetos, visando a instituição de fundos mútuos de investimento, conjuntamente a empresas, cuja atividade principal esteja ligada à inovação;
- XXVII - Promover a articulação entre os vários segmentos da sociedade em geral, tendo em vista a dignidade da pessoa humana e o desenvolvimento da Excelência e Qualidade em produtos, processos e serviços, bem assim ao meio ambiente, com especial atenção aos serviços públicos pró comunidade;
- XXVIII - Promover e estimular as atividades de estudo, pesquisa e serviços, nas áreas do meio ambiente, das ciências econômicas, administrativas, jurídicas, contábeis (inclusive recuperação de tributos e incentivos fiscais) e de informática, visando o desenvolvimento institucional de entes públicos e privados, com a solução de problemas concretos;
- XXIX - Promover e estimular as atividades de estudo, pesquisa e serviços para a melhoria do meio ambiente e na elaboração de futuros produtos, serviços e técnicas que visem reduzir ou eliminar a poluição, bem assim administrar e promover todos os atos necessários para a remediação e recuperação de locais degradados ambientalmente, para entidades públicas ou privadas;
- XXX - Promover a harmonização de normas técnicas de produtos latino-americanos e de outros países, junto aos órgãos competentes;
- XXXI - Promover a cooperação e o intercâmbio entre os Países da América Latina e demais no campo da tecnologia industrial básica e da modernização das administrações públicas e do meio ambiente;
- XXXII- Incrementar o intercâmbio de especialistas e de material didático e científico, entre instituições da América Latina e demais países;
- XXXIII – Difundir os conhecimentos obtidos com o estudo e a pesquisa, nos meios acadêmicos, empresariais e da administração pública, através dos diversos meio de comunicação, com especial atenção aos países da América Latina e demais;
- XXXIV - Avaliação técnica de engenharia de projetos voltados para inovação tecnológica e científica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE PARA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidade sem finalidade de lucros, as quais estão descritas nos pronunciamentos NBC TG 1000 (R1) e ITG 2002 (R1), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver resultados respectivos.

A autorização, pela Diretoria, para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu em 22 de março de 2022.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em reais, exceto quando indicadas de outra forma.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado do Exercício

As receitas e as despesas são reconhecidas quando incorridas, pelo regime de competência do exercício.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

c. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

d. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 5. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefício econômico-futuro resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

e. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de Impairment)

A Administração revisa anualmente o valor recuperável contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Demais Ativos e Passivos (Circulante e Não Circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Isenção Tributária

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o Claeq está isento do pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, conforme estabelece a alínea “c”, do inciso VI, do § 150 da Constituição Federal.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

h. Julgamento, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

- **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

- **Estimativas e Premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

i. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/ déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

j. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

3. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentados, conforme seção 10 “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa, e Retificação de Erro” do pronunciamento técnico CPC PME, visto que durante o exercício de 2021 a Administração da Entidade identificou ajuste; com reflexo no patrimônio líquido de R\$ 335.652, relativo a diferença de alíquota na apuração do Imposto sobre Serviço – ISS e respectivos encargos, detalhados a seguir:

PASSIVO	2020	Ajustes/Reclassificações		2020
		Débito	Crédito	Ajustado
Circulante				
Fornecedores	28.166	-	-	28.166
Empréstimos e Financiamentos	9.460	-	-	9.460
Obrigações Trabalhistas	8.126	-	-	8.126
Obrigações Tributárias	59.089	-	335.652	394.741
Outras Obrigações	139	-	-	139
Total do Circulante	104.980	-	335.652	440.632
Patrimônio Líquido				
Superávit Acumulado	1.031.269	-	-	1.031.269
Superávit do Exercício	586.202	(335.652)	-	250.550
Total do Patrimônio Líquido	1.617.471	(335.652)	-	1.281.819
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.722.451	(335.652)	335.652	1.722.451

	2020	Ajustes/Reclassificações		2020
		Débito	Crédito	Ajustado
Receita Operacional Bruta				
Prestação de Serviços	2.530.670	-	-	2.530.670
Outras Receitas	490	-	-	490
Gratuidade do Trabalho Voluntário	230.400	-	-	230.400
Total das Receitas	2.761.560	-	-	2.761.560
Despesas Operacionais				
Despesas com Pessoal	(553.396)	-	-	(553.396)
Despesas Administrativas e Gerais	(1.236.540)	-	-	(1.236.540)
Despesas Tributárias	(161.251)	(49.244)	-	(210.495)
Gratuidade do Trabalho Voluntário	(230.400)	-	-	(230.400)
Total das Despesas	(2.181.587)	(49.244)	-	(2.230.831)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	579.973	(49.244)	-	530.729
Receitas Financeiras	10.314	-	-	10.314
Despesas Financeiras	(4.085)	(33.938)	-	(38.023)
Resultado Financeiro Líquido	6.229	(33.938)	-	(27.709)
Superávit do Exercício	586.202	(83.182)	-	503.020

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	-	1.119
Bancos e Aplicações Financeiras	238.225	370.908
Total	238.225	372.027

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Fundos DI Renda Fixa mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Clientes Nacionais	389.986	39.695
Oi Móvel S.A.	584.682	720.559
Telemar Norte Leste	-	427.810
Chesf	-	138.338
Outros	45.652	320
Provisão para Estima Perdas Liquidação Duvidosa	(29.695)	-
Total	990.625	1.326.722

6. IMOBILIZADO

a) Composição

			2021	2020	
	Vida útil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Instalações	10 anos	6.101	(6.101)	-	-
Máquinas e Equipamentos	10 anos	17.415	(17.415)	-	-
Equipamento de Informática	5 anos	27.484	(27.484)	-	427
Móveis e Utensílios	10 anos	890	(890)	-	-
Total		51.890	(51.890)	-	427

b) Movimentação

Descrição	2020	Adições	2021
Custo	51.890	-	51.890
Instalações	6.101	-	6.101
Máquinas e Equipamentos	17.415	-	17.415
Equipamentos de Informática	27.484	-	27.484
Móveis e Utensílios	890	-	890
Depreciação	(51.463)	(427)	(51.890)
Deprec. Acum. Instalações	(6.101)		(6.101)
Deprec. Acum. Máquinas e Equipamentos	(17.415)		(17.415)
Deprec. Acum. Equipamentos de Informática	(27.057)	(427)	(27.484)
Deprec. Acum. Móveis e Utensílios	(890)	-	(890)
Total	427	(427)	-

7. INTANGÍVEL**a) Composição**

			2021	2020
	Vida útil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Software	5 anos	61.335	(4.089)	57.246
Total		61.335	(4.089)	57.246

b) Movimentação

Descrição	2020	Adições	2021
Custo	-	61.335	61.335
Software	-	61.335	61.335
Amortização	-	(4.089)	(4.089)
Amortização. Acum. Software	-	(4.089)	(4.089)
Total	-	57.246	57.246

8. FORNECEDORES

Referem-se aos valores a pagar por serviços contratados e inerentes a atividade desenvolvida na Entidade.

9. EMPRÉSTIMOS

Refere-se empréstimos relativo a capital de giro captado através do Banco Bradesco.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTA

	2021	2020
Salário a Pagar	6.154	4.737
Bolsa Auxílio a Pagar	579	-
Férias e Encargos a Pagar	9.416	1.119
Contribuição Sindical a Recolher	-	547
FGTS a Recolher	751	280
INSS a Recolher	2.600	1.443
Pis a Recolher	94	-
Outras Obrigações	76.515	-
Total	96.109	8.126

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2021	2020 (Reapresentado)
COFINS a Recolher	52.847	54.360
ISS a Recolher	69.360	335.652
IRRF a Recolher	9.912	260
ISS Retido a Recolher	658	2.052
PIS/COFINS/CSLL Retidos a Recolher	-	798
Outros Impostos e Taxas a Recolher	31.755	1.619
Total	164.532	394.741

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme artigo 42º do Estatuto Social, o patrimônio líquido da Entidade, é constituído pelos bens, doações, legados e direitos a ele transferidos e pelos adquiridos no exercício de suas atividades. A utilização do patrimônio terá sempre em conta os superiores interesses da Entidade e os seus objetivos sociais. O patrimônio será administrado pela Diretoria Executiva dependendo de prévia autorização da Assembleia Geral, a alienação ou oneração dos bens imóveis a ele pertencentes.

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Entidade não possuía processos passivos de natureza tributária, trabalhista e cível cuja probabilidade de êxito de perda era provável ou possível.

14. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

As receitas estão representadas por prestação de serviços de consultoria para capacitação tecnológica e novas especificações em engenharia industrial.

15. DESPESAS COM PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2021	2020
Pessoal	(90.896)	(553.396)
	(90.896)	(553.396)
Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	(1.709.003)	(1.009.540)
Perdas Estimadas	(29.965)	-
Outras	(599.004)	(227.000)
	(2.337.702)	(1.236.540)
Total	(2.428.597)	(1.789.936)

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2021	2020 (Reapresentado)
ISS	(105.128)	(129.353)
COFINS	(61.579)	(75.922)
Impostos e Taxas	(1.438)	(230)
IOF	(36)	(35)
IPTU	-	(823)
Multas	(21)	(1.657)
Outros	(26.727)	(2.475)
Total	(194.929)	(210.495)

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas Financeiras	2021	2020
Rendimentos de Aplicações Financeiras	47.850	10.310
Juros e Descontos Obtidos	149.803	4
Total	197.653	10.314

	2021	2020
Despesas Financeiras		(Reapresentado)
Despesas Bancárias	(2.857)	(3.403)
Juros e Descontos Concedidos	(1.095)	(682)
Multas e Mora	(61.495)	(33.938)
IRRF s/ Aplicações Financeiras	(10.623)	-
Total	(76.070)	(38.023)
Resultado Financeiro	121.583	(27.709)

18. GRATUIDADE DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Como boa prática de governança adotada, os membros da Diretora e dos Conselhos Fiscal e Consultivo, não recebem quaisquer remunerações por sua atuação na Entidade.

Desta forma, visando ao atendimento das práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, especificamente a Resolução do CFC nº 1409/2012, norma ITG 2002 (R1), na tabela a seguir demonstramos os valores justos estimados dos trabalhos voluntários recebidos pela Entidade, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro com estes eventos e/ou profissionais:

Descrição	2021	2020
Reunião do Conselho	230.400	230.400
Total	230.400	230.400

19. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

20. ORGÃO E MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO

Conforme Ata da Assembleia Geral de 24 de abril de 2019 aprovando a alteração e consolidação do Estatuto Social, a Entidade conta com os seguintes membros em seus órgãos de administração:

Diretoria	
Presidente	Nelson Carneiro
Tesoureiro	Manoel Dimas Salese
Secretário	Frederico Ramazzini Braga
Diretor Executivo	José Hernani Arrym Filho
Conselho Consultivo	
Conselheiro/Presidente	Ronald Martin Dauscha
Conselheiro	Miguel Alberto Ignatios
Conselheiro	Eduardo Nasser Bussab
Conselho Fiscal	
Conselheiro	Sérgio Augusto Fagundes Ficarelli
Conselheiro	José Carlos Vaz
Conselheiro	Edilson Martins Ramos

As eleições para Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo são realizadas a cada 2 anos, sendo vedado eleger, para o mesmo mandato, Diretores e Conselheiros que sejam parentes entre si, até o segundo grau. Em Assembleia Geral realizada em 24 de abril de 2019, foram reeleitos os membros da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal acima apresentados.

21. COBERTURA DE SEGURO (Não Auditado)

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

22. COMPROMISSOS

No encerramento dos exercícios de 2021 e 2020, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.